

MERCADO DE TRABALHO: A REALIDADE DA JUVENTUDE CATARINENSE

Tatiane Thaís Lasta¹

FURB/ tatilasta@gmail.com

Ivo Marcos Theis²

FURB/ theis@furb.br

RESUMO: A temática da juventude é recorrente no Brasil em vista da complexidade que apresenta atualmente. O desemprego e a informalidade tornam-se elementos fundamentais para a sobrevivência do modelo vigente e a juventude mostra-se um dos segmentos que mais sofre com esses males. A década de 1990 é marcada pelo advento das políticas neoliberais, período marcado por transformações no mundo do trabalho, mais precárias. Este breve artigo tem por interesse a atual realidade do jovem frente ao mercado de trabalho no estado de Santa Catarina. A informação primária considerada aqui é a juventude como a parcela da população que se encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nossa análise se dá de acordo com os dados disponíveis no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e nas estatísticas do DIEESE publicadas em 2010. A juventude Catarinense pode definir-se como trabalhadora. De acordo com os dados do DIEESE, percebe-se que no estado há uma alta complexidade na transição da vida escolar para o mundo do trabalho, sendo que a maioria dos jovens estuda em média 10 anos somente o que impede de concluir sequer o ensino médio, um dado alarmante para o estado ainda é a quantidade de jovens que só estudam e não trabalham que é de 62,4% do total da PEA de 16 a 29 anos. Privilegiamos a idéia de que a juventude (ou uma grande parcela dela) se depara frente as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sofre com os piores índices de desemprego, informalidade, baixos rendimentos, índices elevados de evasão escolar, exclusão e demais vulnerabilidades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho – Juventude- Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO: panorama de um modelo excludente e desigual

Não se tem mais dúvidas de que a sociedade em que se vive hoje é pulsada pelas desigualdades sociais. É necessário que elas existam para que o modelo sobreviva e se fortaleça. Às maiorias desprivilegiadas, “ao andar de baixo”, só restam ver diariamente seus direitos básicos negados, como alimentação, trabalho, saúde, educação e tantos outros. As

¹ Militante da pastoral da juventude, Integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (NPDR) e Bolsista de Iniciação Científica/Graduando em Ciências Econômicas (FURB).

² Economista, doutor em Geografia pela Eberhard-Karls-Universität Tübingen (Alemanha), professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e coordenador do Núcleo de Pesquisas em

populações estão sendo violadas, excluídas diariamente e as disparidades entre castas sociais são tratadas como algo natural. Tal coexistência das desigualdades sociais, o descaso de elites e governantes se junta à falta de direitos fundamentais do ser humano gerando exclusão social. Evidentemente, o resultado disso são números cada vez mais preocupantes em torno das violências e desigualdades de oportunidades que se apresentam das mais variadas feições, sejam políticas de governo ineficazes, seja falta de acesso a trabalhos dignos e educação de qualidade.

O momento atual que vivemos impera a hegemonia das políticas neoliberais que tem agravado e trazido por consequência um cenário desintegração social e o aumento da desigualdade. “A lógica deste modelo tem transformado pessoas e relações humanas em mercadorias” (HOLLOWAY, 2003).

Sobre uma estrutura social já desigual e excludente, ampliaram-se o desemprego e a precarização das relações de trabalho (trabalho sem carteira assinada, em tempo parcial, em tempo determinado, elevada rotatividade, etc.) (OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, p. 23).

A juventude é a fatia da população brasileira que hoje sofre com os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, violências, envolvimento com o mundo da criminalidade. Por ser um grupo considerado vulnerável é conseqüentemente influenciado e extremamente cobrado pela sociedade do hiperconsumismo e do individualismo.

Conforme Ricardo Antunes (2004):

A tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (p.339).

Atualmente no Brasil a temática da juventude vem tomando corpo e espaço, sendo foco de pesquisas acadêmicas e preocupações do poder público. Institutos como o IPEA já produziu diversos estudos com foco na temática da juventude. Nosso país é constituído por 48 milhões de habitantes entre 15 a 29 anos, dos quais 34 milhões encontra-se na faixa etária entre 15 a 24 anos³. Ainda, segundo dados do DIEESE (2009), constata-se que os jovens além de constituírem o grupo etário mais desfavorecido pelas condições de trabalho, enfrentando

Desenvolvimento Regional (NPDR), da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 2 (Email: ivo.theis@pq.cnpq.br).

³ Está é uma das informações que encontramos ao acessar o site: <http://www.juventude.gov.br/>.

altas taxas de desemprego e de informalidade, baixos rendimentos e ausência de proteção social, também enfrentam elevadas taxas de rotatividade, principalmente por estarem em trabalhos precários, muitas vezes de caráter temporário. Segundo a pesquisa PNAD do IBGE, em 2006, os trabalhadores jovens ganhavam, em média, menos de metade do que ganhavam os adultos e 63% não tinham carteira profissional assinada.

Ainda de acordo de Pochamnn,

Os jovens, em especial, são atingidos decisivamente. De um lado pelo desemprego, já que a cada duas pessoas sem trabalho no Brasil, uma possui menos de 25 anos de idade. De outro, sem a perspectiva de mobilidade social ascendente, cresce, sobretudo entre os jovens, tanto a violência como a emigração da população com maior grau de escolaridade (POCHMANN, 2004, p.396).

A juventude sempre foi um dos grandes motores das lutas progressistas no Brasil e no mundo, há quem considere a juventude como protagonista da transformação da sociedade, tornando-se assim um ator estratégico no desenvolvimento das nações.

Disto então se reconhece a importância, a necessidade de aprofundar este debate e de aprofundar ainda mais análises sobre as desigualdades e dificuldades “sentidas na pele” por este segmento da sociedade. Nosso intento foca-se no mercado de trabalho e a juventude em Santa Catarina, em uma breve análise de como é a realidade juvenil frente ao mercado de trabalho.

Para lograr este intento subdividimos o artigo nas seguintes sessões: além desta sessão introdutória, a sessão seguinte dedicada ao marco teórico conceitual, onde se encontra as principais conceituações, na sessão seguinte encontram-se os dados e as análises. Por fim apresentam-se as conclusões e a bibliografia utilizada.

2. MARCO TEORICO CONCEITUAL:

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Nas palavras de Marx, o trabalho:

[...] é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p.142).

A passagem do século XXI veio acompanhada de profundas e complexas transformações no modo de produção capitalista e no mundo do trabalho. Conforme Harvey (1996) é a partir da década de 1970 que as grandes mudanças ocorreram, seja nas práticas econômicas, políticas e culturais. Isso não significa o começo de uma sociedade pós-capitalista, vem apenas alertar que o modelo de acumulação taylorista-fordista é ineficaz.

(HARVEY 1996) ainda separa em dois períodos as transformações ocorridas: o primeiro período a partir de 1910 e o segundo de 1973 em diante. No primeiro a sustentação do sistema capitalista se dava ao fordismo-taylorismo e mais tarde com o Keynesianismo. Os principais motores da acumulação de capital eram produção por escalas, linha de produção, disciplina, organização do trabalho por tarefas, funções repetitivas.

Em 1945 acontece a abertura ao investimento dos EUA na Europa e o fordismo “*significou a formação de massas globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo*” (HARVEY, 1996, p. 131). O fordismo - taylorismo funcionou até 1973 onde entra em um período de recessão do qual se inicia um novo ciclo do capital, batizado de período de “acumulação flexível”, marcado por momentos como a crise mundial nos mercados imobiliários, aumento do preço do petróleo, profunda crise fiscal.

Sobre a acumulação flexível:

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas. (HARVEY, 1996, p.140).

O resultado de tais mudanças segundo Harvey, foi uma nova estruturação do mercado de trabalho, onde trabalhadores formais, (com carteira assinada) tornam-se minoria e os custos dessas mudanças seriam pagos pela *classe que vive do trabalho*, na forma de informalidade, baixos rendimentos e desemprego.

Atualmente, além do desemprego, vivenciamos diferentes maneiras novas e precárias de contratação (que favorecem o capital) em que o poder de negociação de quem trabalha, cada vez mais fica limitado aos interesses do capital. Isso significa uma perda do poder de negociação por parte daqueles que vendem sua força de trabalho ao capital já que os

trabalhadores (ou como o autor chama a “*classe-que-vive-do trabalho*”) saem desfavorecidos. (ANTUNES e ALVES, 2000).

É de consenso destes autores (MÉZÁROS, 2002; ANTUNES, 2000; HARVEY 1996; OLIVEIRA 2010) concluir que o modelo de acumulação capitalista para sobreviver exige que se mantenham altas taxas de desemprego e a desarticulação dos trabalhadores ou o que é chamado de “*precarização das relações de trabalho*”.

2.2 MERCADO DE TRABALHO RECENTE NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Ao longo dos anos 90 com a firmação de políticas neoliberais, iniciadas no governo Collor e acelerada posteriormente como governo de Fernando Henrique, a economia brasileira foi marcada pela abertura econômica rápida, valorização da moeda nacional pelo aumento das taxas de juros, privatizações de estatais, e por consequência o aumento do desemprego, POCHMANN, (1999, p.65.).

Esse período que pode ser chamado “*década neoliberal*”⁴ foi um período marcado por grandes transformações no mercado de trabalho, novo e (precário) a intensidade da precarização das relações de trabalho, da flexibilização e da terceirização.

De acordo com MATTOSO:

“Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país”. (MATTOSO, 2000).

ALVES ainda aponta: “É a década da inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país.” (ALVES, 2002 p.71).

O pacote neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso foi essencial para que se criarem tais condições macroeconômicas propícias e vulneráveis e de um novo e instável ciclo de acumulação no Brasil. (ALVES, p.74).

Todo esse cenário colaborou para que se constituísse uma onda de insegurança no mercado de trabalho brasileiro. Quem pagou a conta mais uma vez foram os trabalhadores. As

⁴ Expressão cunhada por ALVES, (2002).

consequências foram altas taxas de desemprego, as novas e várias formas precárias de contratação, baixos salários. Como a juventude se insere nesse contexto?

Em estudo realizado pelo DIEESE (2001) aponta que com a permanência dessa onda de desemprego e a insegurança no mercado de trabalho no Brasil fez com que os jovens que estavam se inserindo no mercado de trabalho perdessem empregos formais e protegidos pela legislação. Ainda sobre a questão da juventude no Brasil em tempo mais recente, segundo estudos realizados pelo DIEESE, na década atual, a taxa de desemprego aberto da população adulta diminuiu levemente (6,1%, em 2005), mas o desemprego dos jovens aumentou (19,1%, em 2005).

Pochmann (2007) ainda ressalta que o aumento na quantidade de jovens se deu de forma diferenciada da evolução do restante da população. Sobretudo em relação ao desemprego, que cresceu muito mais para os jovens do que para as demais faixas etárias. Em 2005, por exemplo, a quantidade de jovens desempregados chegou a 107% superior a de 1995, enquanto o desemprego para a população economicamente restante do país foi 90,5% superior nos últimos 10 anos.

Como Santa Catarina se insere neste contexto?

As mudanças econômicas, sociais e políticas que marcaram o Brasil no final do século XX tiveram importantes reflexos no território catarinense, que seguiu a tendência. A evolução dessa realidade se apresenta em curso nesses primeiros movimentos do século XXI, numa espécie de projeção do que se desenrolou na década de 1990.

O cenário brasileiro de crises interferiu na dinâmica produtiva catarinense, atingindo também fábricas em Santa Catarina, o advento das políticas neoliberais no governo Collor provocaram fortes ajustes econômicos obrigando as empresas a alterarem suas relações de trabalho, ou a diminuição de trabalhadores. (VENTURI; MATTEI, 2010, p.340).

A partir de então o estado de Santa Catarina passa a conviver com os mesmos problemas que o país vivia, houve aumento das ocupações informais desprotegidas e precárias bem como o aumento de ocupações no setor terciário (dados com relação ao estado e juventude encontra-se na terceira sessão deste artigo).

Em seu estudo (VENTURI E MATTEI, 2010, p. 364) observam que em Santa Catarina cresce cada vez mais o número de trabalhadores que buscam a alternativa informal, observam ainda a expansão do setor terciário.

2.3 A JUVENTUDE

Juventude é um desses temas que parecem óbvios, dessas palavras que explicam por elas mesmas; é assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer; normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas. Inclusive tal temática tem sido nas últimas décadas de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano (ABRAMO, 2005, p.37).

Como ponto de partida, compete-nos a definir o recorte etário utilizado para trabalhar aqui. O Pnad/IBGE considera como jovens a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade, este hoje o maior grupo social no Brasil. Em Santa Catarina a população jovem segundo dados do IBGE é de 1.671.327. Segundo o estudo *Juventude e Políticas Sociais no Brasil (2009)*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), um dado alarmante, existem cerca de 1,5 milhões de analfabetos no país, e a maior parte deles são jovens.

Ao fazer leituras e buscas sobre o tema é freqüente se deparar com dados de desigualdades com relação a jovens nos seus vários aspectos (trabalho, renda, condições de saúde, educacionais e tantas outras) que levam a disparidades nas condições em que ocorrem os processos de transição para os principais eventos que caracterizam o ciclo da vida do jovem.

Infelizmente, a tendência é que o mercado de trabalho reproduza desigualdades, por exemplo, as castas sociais preexistentes, confinando jovens de classe baixa, cuja condição os submete á os empregos desvalorizados e mal remunerados (comprovaremos isso na sessão seguinte onde são demonstrados os dados).

Em segundo lugar, é necessário elucidar quem é o jovem de que falamos aqui. De acordo com (DICK, 2003, p.26) juventude entende-se como uma categoria social. Esta categoria faz da juventude mais do que uma faixa etária e não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato. A juventude torna-se segundo o autor: a) uma representação sócio-cultural (a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos); b) uma situação social (a juventude é uma situação vivida em comum por certos indivíduos).

O jovem de que aqui se fala então, é definido social e culturalmente. Não é mais criança, nem é adolescente. Mas, também, é mais que adolescente.

De acordo com o relatório da CEPAL / OIJ seria impossível ter uma definição pronta e inquestionável sobre o significado dos termos de juventude e adolescência⁵ e de fato, não é este nosso propósito aqui. Para nós, faz-se importante apenas evidenciar as diferenças destes dois períodos da vida, juventude e adolescência, dois períodos distintos, mas que se complementam.

Segundo relatório da CEPAL/OIJ, ainda permanece uma *“tarea compleja, tanto para el mundo académico como para los gobiernos, delimitar una categoria de juventud que permita establecer cuales son los limites de esta etapa de La vida y como visibilizar sus particularidades sociohistoricas y necesidades”* (2004, p. 290).

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente adolescência, é compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal; (BRASIL, 2012).

Na definição de Abramo (1994) juventude:

Se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (Abramo, 1994, p.01).

Segundo a UNESCO (2004) “o termo juventude refere-se a o período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância para a condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero” (p.23).

2.4 PANORAMA MERCADO-GOVERNO-JUVENTUDE

Ao analisarmos estudos mais antigos sobre o tema juventude na década de 60, por exemplo, “jovens” eram considerados somente os estudantes ou universitários e o restante desse segmento era “invisível”, como a juventude trabalhadora, a juventude da periferia, a

⁵ Como assinala o texto da CEPAL: “la literatura sobre el tema de la identidad juvenil plantea, en general, la imposibilidad de una definicion concreta y estable sobresu significado. Cada época y sociedad imponen a esta etapa de la vida fronteras culturales y sociales que asignan determinadas tareas y limitaciones a este grupo de la poblacion (Levi y Smith, 1996)”. (La juventud en iberoamerica: tendencias y urgências, 2004).

juventude da roça. Somente a partir da década de 90 que a juventude entra em pauta pública, quando o tema começa a se tornar preocupação com os problemas vividos pela juventude como violência, envolvimento com o mundo da criminalidade, exclusão, desemprego. Por outro lado apareciam às organizações, movimentos juvenis das mais variadas formas começam a denunciar as condições de vida que enfrentavam. (FREITAS, 2007). É através das denúncias da juventude organizada que a história começa a mudar e a juventude vai aos poucos alcançando conquistas importantes.

Tabela 01. Avanço da juventude na agenda pública.

Secretaria Nacional de Juventude (2005)	Responsável por coordenar a Política Nacional de Juventude, além de articular e propor programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens.
Conselho Nacional da Juventude (2005)	Tem o papel de formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais voltadas para jovens, baseado no diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo
1ª Conferência Nacional da Juventude 2008	Intuito de fortalecer a rede de conselhos de juventude existentes no país. O Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE tem apoio da Secretaria Nacional de Juventude
Emenda nº 65 2010	Incluiu-se o termo <i>jovem</i> na Constituição Federal, assegurando aos jovens de 15 a 29 anos prioridade no acesso a direitos constitucionais como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, que já são garantidos às crianças, adolescentes e idosos.
Plano Nacional de Juventude 2009	Cria um conjunto de políticas públicas e medidas que beneficiam os jovens brasileiros com idades entre 15 a 29 anos.
Estatuto da Juventude	O projeto regulamenta os direitos das

2010	peças de 15 a 29 anos definindo obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público.
2ª conferência Nacional da Juventude 2011	"Conquistar direitos, desenvolver o Brasil." em debate sobre as políticas públicas para a juventude.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do site da Secretaria Nacional da Juventude.

Importantes passos foram dados, nas políticas públicas para a juventude, essas que não existiam antes de 2003, marco importante para a juventude no Brasil. Porém as políticas públicas voltadas para a juventude com a intenção de incluir são de certa forma ineficazes, pois não tem uma pauta de formação humana e cidadã, ao contrário, elas formam apenas jovens técnicos e “qualificados” para atuar no mercado de trabalho, sem um futuro muito promissor. Na tabela 2 encontram-se resumidamente as principais políticas de emprego e renda para a juventude no Brasil.

Tabela 02. Políticas de emprego e Renda com foco na Juventude.

Pró-jovem – Trabalhador	O programa foi estruturado para atender a demanda de jovens que não tinham o ensino fundamental completo, e desempregado com idade de 15 á 29 anos com a perspectiva de incluí-los.
Aprendizagem	Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos.
Cartilha Lei do Estágio	Emprego para jovens no Brasil, ao reconhecer o estágio como um vínculo educativo-profissionalizante, supervisionado e desenvolvido como parte do projeto pedagógico e do itinerário formativo do educando.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE.⁶

No papel estes projetos do governo federal sempre têm uma proposta emancipadora, disso já sabemos, mas na prática elas são formadoras apenas de cidadãos capacitados, dependentes da oferta de emprego do mercado, podendo se tornar parte do exército industrial de reserva. Concordando com Mészáros (2005), seria através da educação continuada, permanente e libertadora que se realizaria transformações políticas, econômicas e sociais necessárias, dessa forma o homem se tornaria sujeito político capaz de pensar e agir para transformar a sua realidade e a realidade em sua volta e não apenas servirem de instrumento para o mercado de trabalho.

Se olharmos na perspectiva do autor, as políticas públicas contribuem para com o modelo hegemônico vigente mantendo através dessas políticas um nível satisfatório da juventude trabalhadora distante dos caminhos que poderiam levar à emancipação humana de fato.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS⁷

De acordo com a base de dados do IBGE e micro dados do Censo 2010, a juventude representa 26,75% da população total em Santa Catarina. São os jovens de 15 a 29 anos, em números: 1.671.327 nesta faixa etária. Do total, 50,84% são jovens do sexo masculino e 49,16% do sexo feminino. Já os dados do MTE e DIEESE são contados a partir de 16 anos, idade a qual o jovem pode inserir-se no mercado de trabalho e na previdência social, considerada juventude a parcela da população que trabalha e possui faixa etária entre 16 a 29 anos.

Em 2010 de acordo com dados do MTE e do DIEESE para Santa Catarina, a PEA (população economicamente ativa) representa um milhão e quinhentos mil jovens sendo que 84,20% deles estavam ocupados e 15,8% desocupados.

Cabe ainda ressaltar que no Sul em 2010 em estudo realizado pelo DIEESE a distribuição por setores de atividade econômica que mais abriga mais jovens na indústria e transformação, seguida do comércio e serviços. Uma pequena parcela dos jovens no sul

⁶Dados detalhados disponíveis em: http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp.

⁷ Na ausência de dados mais detalhados do Estado trabalhamos com dados mais genéricos, dados do DIEESE, IBGE E MTE.

trabalha em órgãos públicos, na agricultura e na extração mineral. Importante observar que estas duas últimas são atividades que não necessitam um elevado nível de escolaridade.

Ainda segundo dados do DIEESE (2010) é possível observar que quanto mais elevado o nível de escolaridade melhor tende a ser o salário do jovem.

A média de anos de estudo em Santa Catarina da PEA em 2004 em Santa Catarina foi de 9,3 passando a aumentar em 2009 para 10,3. Se fizermos as contas em 10 anos de estudo de um jovem ele não chega a concluir sequer o ensino médio, todavia é importante ressaltar que em Santa Catarina tem uma das melhores médias de anos de estudo do Brasil, sendo que o jovem passa mais tempo de sua vida estudando nesta unidade da federação.

Com relação ao trabalho e educação em Santa Catarina no ano de 2009, de acordo com o DIEESE (2010), observa-se que maioria da juventude catarinense, ou seja, 62,4 % do total de jovens “só trabalha” e conseqüentemente, não estuda. Isso significa que podem não estar se profissionalizando para acompanhar o mercado e podem acabar “sobrando” futuramente. De outro lado não significa dizer que quem tem maior nível de escolaridade não deixa de estar sujeito a “sobrar” no mercado, o que pode acarretar em “só estudar” ou “só trabalhar” e talvez oportunidades de trabalho miseravelmente um pouco melhores.

Poderíamos nos perguntar por que isso acontece? Por que não estudar mais? Porque se abandona os estudos antes mesmo de terminar ensino médio, ou graduação para se lançar precariamente no mercado de trabalho? O mercado de trabalho então se desenvolve desigualmente?

Para estes números poderíamos fazer a análise da seguinte forma: os pais desses jovens não ganham o suficiente para suprir as necessidades básicas da família de acordo com o que está previsto na constituição. Dessa forma a educação é a primeira a ser descartada do orçamento familiar, já que não é uma necessidade de sobrevivência. Assim, os pais não podem auxiliar o jovem na busca por um curso superior ou mesmo básico: O jovem precisa trabalhar para suprir as necessidades da família! E em nosso estado, 62,4% fazem isso. O jovem acaba tendo de optar, e obviamente, opta pela sobrevivência, ou melhor, “só trabalhar” excluindo qualquer esperança de futuro melhor.

E de acordo que a educação e trabalho podem ser duas grandes ferramentas de transformação na vida de um jovem, desde que o acesso digno a esses direitos básicos fosse menos desigual. No caso de Santa Catarina, por exemplo, as Universidades Federais, ou o acesso à educação gratuita e de qualidade está localizada na Capital, durante 40 anos, a outra criada tem pouco tempo a UFFS localizada no Oeste catarinense, na capital ainda encontra-se

a UDESC, que aos poucos como a UFSC foi espalhando campus pelo estado, mas com poucos cursos disponíveis, abre-se um campus de extensão com apenas 2 ou 3 opções de cursos. Em Blumenau outro grande polo econômico do estado encontra-se a FURB, (dizem que é pública, mas a mensalidade é paga), a universidade é considerada de qualidade, existe a luta pela Universidade Federal do Vale do Itajaí em Blumenau. Mesmo desta forma, o acesso á educação pública gratuita e de qualidade está longe de ser direito de todos os jovens do estado. A educação é um direito previsto na constituição, porém por aqui é direito apenas para quem pode pagar por ele. Como um jovem do interior, da periferia, pobre, de família pobre, portanto, terá acesso a uma educação gratuita e de qualidade? Se essa educação está concentrada nos polos econômicos do estado? Nas chamadas “regiões ganhadoras”, detentoras de C&T e dos melhores postos de trabalho? E no futuro, como esse mesmo jovem terá acesso a um posto de trabalho digno que lhe propicie uma renda digna de sobrevivência suprimindo todos os direitos básicos como dita a constituição?

A desigualdade é escancarada, a minoria de Jovens Catarinenses que dispõe de tempo para “só estudar” é a minoria de 8,5% da população jovem de Santa Catarina. Nesta tabela podemos perceber claramente a desigualdade de oportunidades entre os filhos de ricos e filhos de pobres. Dificilmente encontraremos um filho de rico trabalhando antes dos 25 anos de idade, seja antes de terminar um bom curso superior, feito intercâmbios, feito seus MBAs. Os filhos do andar de baixo estão condenados á trabalhar sempre. Por começarem a trabalhar muito cedo, não estudam. Por não terem a oportunidade de estudar, restarão os piores postos de trabalhos para eles e quando não o desemprego. Aos filhos dos ricos restam os melhores postos de trabalho seja setor público seja privado. Que igualdade de oportunidades vivemos onde alguns começam a trabalhar com 15 outros com 25? Dessa forma os filhos de pobres continuarão na mesma posição sendo pobres e os filhos dos ricos sendo ricos.

Santa Catarina Possui o maior índice dos estados do sul de jovens que estudam e trabalham: 21,8%. Muitas vezes esse trabalho é garantia que o jovem encontra para arcar com suas despesas nos estudos.

Entre a juventude é muito frequente os trabalhos sem carteira assinada, temporários, estágios. Os jovens sem carteira assinada do estado de Santa Catarina em 2004 representavam 25,8% do total dos ocupados. Há um aumento 2005 para 27,3% e diminuindo nos anos seguintes chegando a 22,5% em 2009. Este é um índice alto. Pelo que consta, “carteira assinada” é direito de todos.

O que acarreta ao jovem essa informalidade? Super exploração? Mais – valia? O patrão ganha em dobro? A carteira de trabalho é obrigatória, pela garantia de direitos que ela proporciona para quem vende a sua força de trabalho, como seguro – desemprego, FGTS, e os benefícios previdenciários, de modo que a informalidade e a precarização das relações de trabalho são elementos necessários para a sobrevivência do modelo capitalista vigente.

4. CONCLUSÕES

A finalidade deste artigo foi a de analisar a realidade da juventude catarinense frente ao mercado de trabalho no estado de Santa Catarina. Partimos da hipótese de que a juventude ou uma considerável parcela desse segmento detém altos níveis de informalidade, evasão escolar, condições precárias de trabalho quando não a condenação ao desemprego.

Infelizmente, a tendência é que o mercado de trabalho reproduza as hierarquias sociais preexistentes, limitando aos jovens de classe baixa, sobretudo, em ocupações desvalorizadas, mal remuneradas e precárias.

De acordo com os dados apresentados, percebe-se que no estado existe alta complexidade na transição da vida escolar para o mundo do trabalho, sendo que a maioria da juventude catarinense se obriga a “só trabalhar” e outra parcela considerável tem se esforçado para conciliar estudos e trabalho (no entanto os dados que trouxemos tem mostrado a dificuldade em conciliar esta combinação). É pequena a parcela dos privilegiados que somente estudam!

Cabe sem dúvidas, uma maior atenção da sociedade civil e poder público neste tripé: juventude - trabalho - educação. Reafirmando que não basta às políticas terem uma intenção inclusiva (no mercado) e profissionalizante se não são libertadoras, tornando o jovem independente. Não basta às empresas apenas seguirem a legislação e contratarem estagiários e aprendizes. Se as mesmas fomentassem e/ou incentivassem a educação de qualidade estariam formando não só mão-de-obra qualificada e experiente, mas cidadãos qualificados e experientes.

Não basta a sociedade olhar para o problema e "dar de ombros", é necessário acompanhar a agenda política e denunciar os descasos existentes para fazer do jovem um sujeito de direitos, já que o que foi feito até aqui parece insuficiente.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena, (1994). **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita.

ABRAMO, Helena W; BRANCO, Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ANTUNES. R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed, São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/antunes-adeus-ao-trabalho.pdf>

ANTUNES. R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, vol. 25, núm. 87, maio-agosto, 2004, pp. 335-351 Disponível em: <http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=87314215003#>

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 15. Fev.2012.

CEPAL / OIJ **La juventud en iberoamerica: tendencias y urgências, 2004**. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/20266/CEPAL_OIJ.pdf. Acesso em 10. Fev.2012.

CENSO 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso em 10. Fev.2012.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes: jovens construindo juventude na história**. São Paulo: Loyola, 2003.

DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercado trab.xml>

_____. **Anuário público do sistema de emprego e renda 2010-2011**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/AnuSistPub2010/conteudo/6/livro/inicio.html>

FREITAS. M. Juventude: Mapeando a situação: In; **Curso de Verão ano XXI: Juventude: Caminho para outro mundo possível**./Jose Oscar Beozzo (org). São Paulo; Paulus, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje**. Trad. E. Sader. São Paulo: Viramundo, 2003.

IPEA. **Juventude e Políticas Públicas. 2009.** Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível em:
www.ibge.gov.br/. Acesso em 10. Fev.2012.

MARX. Karl. **O CAPITAL.** Livro I. Editora: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1988.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>. Acesso em 10, Fev. 2012.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Políticas de emprego e renda para a juventude.** Disponível em: http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editora. 2005.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital.** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, Carlos A. B. de; MATTOSO, Jorge E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

POCHMANN. M. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

POCHMANN, M. **O trabalho sob o fogo cruzado.** São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN. M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. 2007.** Disponível em:
http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf Acesso em: 25. Fev.2012.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Disponível em:
<http://www.juventude.gov.br/> Acesso em 15. Fev. de 2012.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília: UNESCO, 2004.

VENTURI. A.; MATTEI, L. Estrutura dinâmica do mercado de trabalho em Santa Catarina na virada do século XX. In:**A Socioeconomia Catarinense. Cenários e perspectivas do século XXI.** orgs.Lins e Mattei, - Chapecó, SC, Argos,2010.